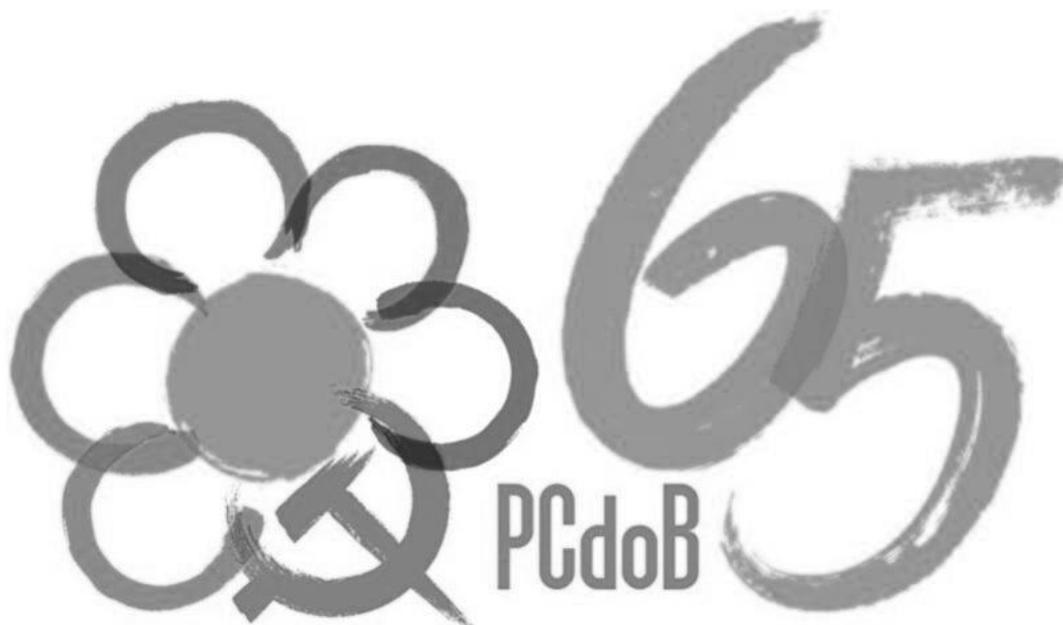


**PROPOSTA DE RESOLUÇÃO POLÍTICA E
ESTRUTURAÇÃO PARTIDÁRIA PARA A
23ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DO PCdoB-RJ**



101 ANOS EM DEFESA DO BRASIL E DO SOCIALISMO

Sumário

CAPÍTULO 1 - IDENTIDADE DO PCdoB, LUGAR POLÍTICO E SOCIALISMO	3
AS TRANSFORMAÇÕES E A FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA CAPITALISTA	3
A MULTIPOLARIDADE NA GEOPOLÍTICA	4
A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E AS MUDANÇAS NA MORFOLOGIA DO TRABALHO	5
O LUGAR DO PARTIDO E O CAMINHO PARA O SOCIALISMO	6
NOVO PROJETO NACIONAL COMO O CAMINHO BRASILEIRO PARA O SOCIALISMO	7
CAPÍTULO 2 - UNIR O POVO FLUMINENSE POR UM PROJETO DE RJ DEMOCRÁTICO, DESENVOLVIDO E DE PAZ QUE REFORCE O NOVO PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO	7
UM PROJETO DE RECUPERAÇÃO PARA O RIO DE JANEIRO	8
PCdoB FORTE NA LUTA, VITORIOSO E UNIDO	9
CAPÍTULO 3 - FORTALECIMENTO DO PARTIDO PELA BASE, SISTEMA DE DIREÇÃO E POLÍTICA DE QUADROS	10
SOBRE O FUNCIONAMENTO REGULAR PERMANENTE DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO	11
SOBRE O ACOMPANHAMENTO	12
FORTALECIMENTO PELA BASE	13
A POLÍTICA GERAL DE QUADROS	15
CAPÍTULO 4 - COMUNICAÇÃO NAS REDES, LUTA CULTURAL E DE IDEIAS	17
CAPÍTULO 5 - ESTRUTURAÇÃO MATERIAL E FINANCEIRA DOS COMITÊS	20
CAPÍTULO 6 - PARTIDO DE LUTA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS E TERRITÓRIOS	22
PARTIDO E MOVIMENTO SOCIAIS	22
SOBRE IDENTIDADE E FRENTES DE ATUAÇÃO NO MOVIMENTO SOCIAL	22
MOVIMENTO SINDICAL E DE TRABALHADORES	23
MOVIMENTO DE JUVENTUDE	23
MOVIMENTO DE MULHERES	25
MOVIMENTO ANTIRRACISTA	26
MOVIMENTO LGBTI	26
MOVIMENTO COMUNITÁRIO	27
ÁREAS DA LUTA SOCIAL	27

CAPÍTULO 1 - IDENTIDADE DO PCdoB, LUGAR POLÍTICO E SOCIALISMO

AS TRANSFORMAÇÕES E A FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA CAPITALISTA

1. Profundas têm sido as transformações do Capitalismo nos últimos tempos. Mas nenhuma destas mudanças têm levado à melhoria das condições de vida do povo nos países periféricos. Pelo contrário, segundo pesquisa de 2022, o Brasil, apesar de ser o maior exportador de grãos e de proteína animal do mundo, possui 33,1 milhões de pessoas passando fome e 125 milhões, mais da metade da população, vivendo em situação de insegurança alimentar (Rede PENSSAN). Os dados mais conservadores da FAO/ONU informam que 21 milhões de habitantes (10% da população) passam fome, enquanto 70 milhões (34,4% da população) vivem em insegurança alimentar. Mesmo nos países do chamado primeiro mundo, a vida dos mais pobres vem se agravando, como mostram os grandes acampamentos dos sem teto que ocupam as avenidas no centro de Los Angeles e São Francisco, principais cidades da Califórnia, o estado mais rico dos EUA.

2. A partir da década de oitenta do século passado, acentuou-se o processo de financeirização da economia capitalista mundial. O capital especulativo se alimenta do rentismo e da especulação financeira, tornando-se dominante nos rumos do capitalismo e, como consequência, passou a definir os objetivos políticos e a luta ideológica da grande burguesia mundial.

3. O chamado “Capital Louco” (BELUZZO), baseado na circulação e valorização do capital fictício, tem como único projeto especular mais, ganhar mais, não importa onde e nem como. Procurar atuar sem freios ou limitações, capturando, inclusive, Bancos Centrais de vários países. Para o povo, segundo essa visão do mundo, nada resta. Ou as pessoas estão enquadradas em alguma atividade que sirva a este capitalismo ou são os descartáveis.

4. Esse processo se desdobra por toda a sociedade: na mídia, na propaganda, na internet, nos partidos políticos da direita, em algumas crenças fundamentalistas, alinhadas aos interesses rentistas e do imperialismo.

5. Hoje, o total de valores financeiros circulando no mundo soma 170 trilhões de dólares. Este valor é 240% maior que o PIB mundial de 50 trilhões de dólares (Banco Mundial) e continua a crescer a uma taxa três vezes maior que o crescimento do PIB no planeta (PAULANI). Sob o domínio capitalista, percebemos que o crescimento da concentração da riqueza, via capital especulativo e improdutivo, é cada vez maior, o que tem gerado muito dinheiro para muito poucos e distribuído pobreza e miséria para grande parte da população.

A MULTIPOLARIDADE NA GEOPOLÍTICA

“O socialismo emerge das contradições do Capitalismo, mas não surge espontaneamente, é preciso fortalecer o movimento transformador.”

6. Este mundo financeirizado e conturbado, assiste à decadência relativa dos EUA e ao fortalecimento da China Socialista. Prevê-se que, até 2030, a China terá ultrapassado os EUA em relação ao PIB em dólar. No entanto, se considerarmos o PPC (Poder Paritário de Compra), a China Socialista já ultrapassou há algum tempo os EUA. Verifica-se o surgimento de novos pólos de poder, sobretudo nações oriundas das antigas semiperiferias e periferias do sistema, num contexto de crescente multipolaridade e instabilidade.

7. Essa evolução abarca países com governos de orientação político-ideológica muito diversa, como Brasil, China, Rússia, África do Sul, Índia, Turquia, Irã e até mesmo Coreia do Sul (apesar da ocupação militar dos Estados Unidos). Embora ainda seja a mais poderosa potência militar do mundo, os EUA estão diante de novas alianças entre países, tais como: os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), de enorme potencial econômico; os acordos do Mercosul com a União Europeia; acordos da CELAC com a UE, etc. Acrescente-se os blocos regionais de países asiáticos e os de países africanos. Nesse contexto, mais de 40 países sinalizaram adesão ao BRICS, que acaba de incorporar mais 6 países como membros plenos: Argentina, Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã, representando 36% do PIB do planeta e 46% da população mundial, fortalecendo a tendência à multipolarização.

8. A origem do atual conflito entre Rússia e a Ucrânia está no expansionismo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), sob comando dos EUA, sob uma política de cerco e contenção militar da Rússia, há duas décadas, em clara ameaça às fronteiras e à segurança nacional russa. Isso está no centro da estratégia dos EUA, em reação ao declínio relativo de seu poderio global, para enfrentar a ascensão da China socialista, que assume papel de destaque na cena geopolítica mundial. Para implementar seu expansionismo, a OTAN se utiliza do governo fascista da Ucrânia. É correta a postura de neutralidade do Brasil neste conflito, como também é correta a postura do presidente Lula de se apresentar como um mediador para a paz.

9. Na América Latina atualmente duas são as lutas principais. A primeira delas é a luta pelo desenvolvimento econômico e social da região e um dos principais caminhos para o alcance desta meta é o da maior integração dos países, através do fortalecimento de articulações regionais como o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e a retomada da União de Nações Sul-Americanas (Unasul). A outra grande luta da América Latina é a defesa da democracia e do Estado de Direito, contra o imperialismo e o fascismo. O *lawfare* - guerra de perseguição jurídica -, as *fake news* e as forças políticas com competitividade eleitoral de caráter fascista

são as pragas a serem enfrentadas na atualidade. Reforçamos ainda a solidariedade a Cuba e a Venezuela em seu combate contra o cerco do imperialismo estadunidense.

10. Essas mudanças na correlação de forças internacional revelam o desenvolvimento desigual das nações e criam um contexto mais favorável para a realização de projetos nacionais contra-hegemônicos e anti-imperialistas, a exemplo do que se promoveu no Brasil no auge do ciclo de governos progressistas, nas primeiras décadas deste século, embora ainda persista o quadro de defensiva estratégica gerado pelo colapso do antigo campo socialista no final do século XX. Assim, esse momento de tendência multipolar pode ser extremamente positivo para o Brasil, em novas possibilidades de acordos comerciais, científicos e tecnológicos, possibilitando desenvolvimento econômico e trazendo novos desafios e possibilidades de mudanças na Geopolítica. Como exemplo, podemos citar a busca pela “desdolarização” nas relações de troca entre países e blocos, o fortalecimento das relações entre países em desenvolvimento e as novas relações do Sul Global.

A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E AS MUDANÇAS NA MORFOLOGIA DO TRABALHO

11. Desde o século passado até este início de século XXI, consolidaram-se inovações tecnológicas (baseadas na internet, nas modernas comunicações e noutros avanços) que promoveram mudanças qualitativas nas formas de acumulação capitalista, alterando todo o sistema de produção e operação dos negócios nos mais variados aspectos, comércio, bancos, indústria e até serviços.

12. Todos os processos passaram a ser extremamente acelerados, permitindo novas formas de acumulação capitalista, com ciclos rápidos e mais frequentes das operações em regime de “*just in time*”. Isto é, as operações são todas em tempo real, não havendo intervalos ou “sobras” de tempo. Isto permite reduzir o tempo de rotação que compreende a produção e a realização do capital. Com o aumento das rotações de ciclo de produção, maior é a mais valia e a acumulação do capitalista em menor espaço de tempo.

13. As plataformas são um exemplo clássico desse processo. As corporações transnacionais aproveitam-se do desenvolvimento das tecnologias cibernéticas, não respeitam fronteiras, não pagam impostos nem direitos trabalhistas, aumentam seus lucros num outro nível do capitalismo financeirizado, que busca lucros máximos sem pagar tributos aos estados nacionais, nem proteger os trabalhadores que produzem a mais-valia, sobrepondo-se até mesmo às legislações de cada país.

14. Integram um universo de gigantes corporativos, empresas como o *Google, Amazon, Facebook, Apple, IFood, Uber* e tantas outras. Elas buscam um trabalhador atomizado, “empreendedor” e autossuficiente.

15. Esta atomização (isolamento) dos trabalhadores torna mais complexa a luta de classes e sua organização. As grandes corporações de plataforma, por exemplo, buscam trabalhadores jovens, de famílias pobres e sobre eles praticam uma exploração sem limites. Ao mesmo tempo, desenvolvem-se

outras formas de relações de trabalho, como o teletrabalho e a pejetização, na mesma lógica da superexploração. O Partido deve estar atento para os impactos das novas tecnologias como Inteligência Artificial e Robótica no mundo do trabalho. Estas mudanças incidem em um fator estratégico para nosso partido: a formação da classe trabalhadora.

16. Estas formas de relações de trabalho, sem direitos trabalhistas, que são impostas ao trabalhador brasileiro, devem ser combatidas pelo conjunto da classe trabalhadora. Segundo o IBGE, em 2019, a informalidade atingiu 41,6% dos trabalhadores do país. É dever do nosso Partido lutar pela valorização dos salários e a criação de empregos formais e dignos para todos os brasileiros.

O LUGAR DO PARTIDO E O CAMINHO PARA O SOCIALISMO

17. O ponto de partida essencial para a construção do Socialismo é a conquista do poder político estatal pelos trabalhadores da cidade e do campo, em aliança com outras forças sociais. “Este triunfo exige o protagonismo da classe trabalhadora. Papel que requer a elevação de sua unidade e de sua consciência no plano político e social e apoio de seus aliados.” (Programa Socialista).

18. Nosso Partido deve buscar o conjunto da classe trabalhadora em todos os seus estratos, desde o trabalhador industrial moderno, os trabalhadores de área de serviços ou esses novos trabalhadores das plataformas até os agricultores familiares, artesãos, autônomos, pequenos comerciantes e trabalhadores que atuam na economia solidária. O Partido deve ocupar os territórios, bairros e favelas, bem como os locais de trabalho, universidades, escolas, centros culturais e todos os espaços de resistência e de combate à opressão.

19. No desafio histórico de se constituir vanguarda da classe trabalhadora e do povo em seu longo caminho rumo ao socialismo, nosso Partido se organiza sob a experiência leninista acumulada e tendo como guia a teoria marxista desenvolvida por Lenin e outros revolucionários. Sob a ótica da análise concreta da situação concreta, busca estudar e desenvolver a teoria emancipadora a orientar a viva luta de classes contemporânea no Brasil e no mundo. Neste sentido, é relevante ter em conta a riquíssima história do povo brasileiro visando alcançar um país justo, democrático e soberano.

NOVO PROJETO NACIONAL COMO O CAMINHO BRASILEIRO PARA O SOCIALISMO

20. O Programa Socialista para o Brasil do PCdoB traça o caminho, faz indicações sobre meios políticos e organizativos que possam levar à vitória da conquista da democracia popular, condutora da transição para o socialismo. O caminho para se alcançar esse objetivo maior consiste no delineamento e na execução de um novo projeto nacional de desenvolvimento (NPND).

21. Sua realização e conteúdo devem partir das condições políticas e econômicas Brasil e do mundo, do nível de organização e mobilização das massas populares e da classe trabalhadora.

CAPÍTULO 2 - UNIR O POVO FLUMINENSE POR UM PROJETO DE RJ DEMOCRÁTICO, DESENVOLVIDO E DE PAZ QUE REFORCE O NOVO PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

22. Ao contrário da perspectiva nacional, de reconstrução, o Rio de Janeiro vive um longo ciclo de agravamento de sua crise econômica e social e não há hoje um projeto em curso para seu desenvolvimento e para a superação das suas muitas mazelas.

23. Em 2022, a vitória nacional de Lula e da frente ampla e democrática conviveu com a vitória estadual do bolsonarismo e do campo conservador e reacionário, com a eleição, pelo PL, do governador e do senador, e de expressivas bancadas parlamentares da direita. Vale destacar que, exceto em Niterói, Bolsonaro venceu em todas as cidades da região metropolitana, mesmo com uma frente de lideranças políticas e prefeitos apoiando Lula, o que aumenta a importância de compreendermos o fenômeno da extrema direita no Rio de Janeiro, e a percepção de que derrotamos Bolsonaro nas urnas, mas não o bolsonarismo enquanto força social no país.

24. O governador Cláudio Castro revela-se um governante descomprometido com problemas estratégicos do estado como o esvaziamento econômico, o desemprego estrutural, a crise de moradia, a crise ambiental, a crise nas empresas concessionárias do transporte público, a precariedade da saúde pública, a educação com indicadores entre os mais baixos do país. Após torrar os recursos oriundos da privatização vexatória da Cedae, a capacidade de investimento do estado do RJ volta praticamente a zero.

25. O esvaziamento econômico do ERJ gera graves consequências para os trabalhadores e trabalhadoras, que, na falta de oportunidades no mercado formal, buscam alternativas de sobrevivência nos mercados informais, que não oferecem garantias e nem direitos, além da visível ampliação dos mercados ilegais e ilícitos. De acordo com dados do IBGE, a taxa de desemprego no RJ é de 11,6%, mais de 3% acima da média nacional, que é de 8%. Assim, algo em torno de 1 milhão de fluminenses procuram emprego sem sucesso há 2 anos ou mais, maior tempo de busca por vaga no mercado do país.

26. O governo estadual prioriza a pauta da segurança utilizando grande parte do orçamento (o gasto na área de segurança em 2022 foi maior do que a soma dos gastos em educação e saúde, segundo dados do Anuário Brasileiro do Fórum de Segurança Pública) e reproduzindo o velho *marketing* de “guerra às drogas”, que se apresenta concretamente como guerra aos pobres. A consequência é a letalidade policial como política pública através de operações pirotécnicas que envolvem caveirões, helicópteros e a mobilização de grande contingente armado, tendo como seu principal efeito as chacinas com perfis preferenciais de jovens, pretos, moradores das favelas e periferias. Assim, busca-se naturalizar a lógica da violência como rotina e a prática do genocídio da juventude negra brasileira.

27. A força política do campo reacionário no estado está alicerçada em alianças com forças sociais de diversos matizes, desde o bolsonarismo ao centro do espectro político, desde milicianos a agentes das forças públicas de segurança, desde interesses de mercado até estruturas religiosas conservadoras.

UM PROJETO DE RECUPERAÇÃO PARA O RIO DE JANEIRO

28. As eleições municipais de 2024 devem ocorrer em uma conjuntura mais favorável ao campo democrático e às forças sociais que se somam ao projeto nacional de desenvolvimento liderado pelo presidente Lula.

29. O atual ciclo político, de muita luta e muitas dificuldades para nosso campo, pode criar possibilidades e abrir caminhos para a retomada de um projeto de desenvolvimento para o estado do RJ.

30. Com investimentos de 1,7 trilhão de reais, o presidente Lula lançou no Rio de Janeiro o Novo PAC. Caberá ao nosso estado aplicar 342,6 bilhões de reais, cerca de 20% do total, anunciando a reconstrução econômica e a geração de emprego e renda para o povo trabalhador fluminense. Pela sua grande importância, esse plano inicia a reconstrução econômica do Brasil e merece a atenção de todas as forças interessadas no projeto nacional de desenvolvimento.

31. Devemos pensar grande e construir, com diálogo e amplitude, propostas justas e avançadas que sensibilizem o povo, mobilizem a classe trabalhadora e os setores produtivos, os movimentos sociais e populares, a intelectualidade progressista, o mundo da Cultura, da Ciência, da Educação, da Saúde. Propostas que possam constituir um caminho real, um programa político de uma frente democrática e ampla pela Recuperação e pelo Desenvolvimento do Rio de Janeiro.

32. Precisamos entender que, para o campo democrático e progressista, é fundamental derrotar as forças bolsonaristas e seus aliados em 2024. O quadro partidário no estado, reflete o quadro nacional, porém, apresenta um desenho próprio e com particularidades.

33. O governador Cláudio Castro, filiado ao PL (partido do ex-presidente Bolsonaro, hoje inelegível, principal força de oposição ao governo Lula), tem no Rio de Janeiro uma enorme base. O grande desafio para nosso campo político é derrotá-lo nas eleições de 2024 no estado do RJ.

34. O prefeito da Capital, atual presidente estadual do PSD, constrói um pólo heterogêneo, que reúne setores da direita e da esquerda e se reproduz em ampla base de apoio na Câmara de Vereadores. No segundo turno, apoiou Lula nas eleições e, após o pleito, o PT passou a integrar o governo municipal, bem como outros aliados do campo progressista, como o PDT e o PSB.

35. A esquerda fluminense enfrenta ainda muitas dificuldades, sendo a fragmentação e a ausência ou insuficiência de projeto coletivo para o campo no estado do RJ, a sua maior debilidade.

36. Neste sentido, é nosso dever e grande desafio aprofundar diálogos e realizar agendas políticas e programáticas, a partir da FE Brasil, com os diversos partidos da esquerda e setores do centro, a fim de gerar mais entendimento, acúmulo coletivo e disposição política pela unidade de um projeto vitorioso pela recuperação do RJ.

37. Faz-se necessário reforçar o conhecimento da realidade do nosso estado. Assim, precisamos reconstruir a seção fluminense da Fundação Maurício Grabois e acompanhar a implementação do PAC no estado do Rio de Janeiro.

PCdoB FORTE NA LUTA, VITORIOSO E UNIDO

38. O Projeto Eleitoral de 2024 do PCdoB-RJ deve estar em consonância com o projeto nacional do nosso Comitê Central de elevar o papel e o protagonismo do Partido no Brasil.

39. Obtivemos, no contexto nacional, um bom resultado eleitoral do PCdoB em 2022, no Rio. Apesar disto, ainda enfrentamos muitas dificuldades, que vão desde as limitações na nossa acumulação eleitoral e em nosso tamanho orgânico na classe e na sociedade, até das dificuldades materiais estruturantes.

40. A prioridade do nosso Projeto Eleitoral 2024 deve ser a eleição de mandatos de vereadores e vereadoras do PCdoB.

41. O centro do Projeto é reconquistar um mandato comunista na Câmara de Vereadores da capital do Rio de Janeiro. Esta é uma tarefa da cidade do Rio, do nosso estado e também nacional, dada a enorme importância política deste desafio para o PCdoB.

42. Devemos estabelecer, a partir de critérios políticos e objetivos, faixas de cidades prioritárias com viabilidade real de eleição de um mandato do PCdoB na Câmara Municipal de Vereadores.

43. Devemos também cuidar do conjunto do projeto político eleitoral do Partido no estado, bem como, da estruturação partidária das direções e bases do Partido em todo o ERJ, buscando estruturar um plano edificante do nosso projeto local, ampliar condições de disputa, formar bases sociais e destacar lideranças para lançar, desde já, nossas pré-candidaturas para 2024. É no fogo da luta que candidatos (as) e direções partidárias serão forjadas e acumularão forças para a vitória.

44. O PCdoB deve fomentar o diálogo com os partidos da Federação Brasil da Esperança, PT e PV e construir alianças com forças democráticas, das quais destacam-se as de esquerda, para derrotar o bolsonarismo e isolar a extrema-direita, com vistas à grande batalha de 2026.

45. Os Comitês Municipais que projetarem pré-candidaturas majoritárias, deverão debater e construir esta possibilidade em conjunto com o Comitê Estadual, a partir de alguma viabilidade real de aglutinação de forças políticas e sociais.

46. A direção do Partido, sob o comando da Presidência, deve se reunir com as direções dos maiores municípios e construir um desenho inicial para cada projeto municipal. É dever de cada Comitê aprovar, em sua Conferência Municipal, seu pré projeto eleitoral para 2024.

CAPÍTULO 3 - FORTALECIMENTO DO PARTIDO PELA BASE, SISTEMA DE DIREÇÃO E POLÍTICA DE QUADROS

47. Os desafios de revigorar o Partido no estado do Rio de Janeiro podem ser compreendidos em múltiplas dimensões. Este ponto busca tratar da dimensão organizativa deste desafio, que somente possui sentido se estiver vinculada aos objetivos políticos de nosso partido, articulada com ações em todos os níveis partidários, de todas as frentes, de forma integrada e concreta, capaz de superar a dispersão presente em nossas fileiras.

48. Para abordar esta temática que, de fato não é inédita, propomos abordar prioritariamente a necessidade de construirmos órgãos dirigentes (Comitê Estadual, Comitê Municipais, Comitês Distritais e Bases) dotados de vida regular permanente, com elevada capacidade de formulação e implementação da tática política de nosso partido no nível da respectiva responsabilidade de suas instâncias, sendo estes os espaços de deliberação que dirigem e unificam a atuação política dos comunistas sob sua jurisdição.

SOBRE O FUNCIONAMENTO REGULAR PERMANENTE DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO

49. O funcionamento das direções deve ser encarado não como uma necessidade burocrática de se seguir um “calendário” de reuniões – por mais que esses calendários sejam de grande importância. Trata-se de garantir o funcionamento estatutário a serviço da intervenção política de nosso partido na realidade em que este organismo está inserido.

50. Os Comitês (tanto Estadual quanto os Municipais) devem reunir-se com determinada frequência para elaborar, planejar, deliberar, fazer controle e ajustes das decisões deles emanadas.

51. Um partido que se propõe a disputar hegemonia na sociedade brasileira precisa pôr sua inteligência coletiva permanentemente mobilizada e garantir que as instâncias de direção sejam o espaço para suas formulações e decisões. Neste sentido, toda e qualquer manifestação de policentrismo deve ser combatida, a partir do fortalecimento dos órgãos dirigentes e de nossa democracia interna, na perspectiva de alcançar maior coesão e reforçar nossa elaboração coletiva.

52. Devemos redobrar os esforços em preparar antecipadamente a proposta de novas direções, garantindo a construção de núcleos dirigentes com tarefas bem definidas e os quadros mais preparados. Enfrentar tal desafio requer direções compostas por quadros que possuam domínio da tática e da estratégia do PCdoB, capazes de aprofundar o debate sobre a concepção de partido para a contemporaneidade.

53. Cabe às direções, no curso dos debates que vão ocorrer no processo de Conferência, realizar rigoroso exame acerca do funcionamento das respectivas direções no último período, em que verificamos o crescimento do número de dirigentes eleitos para as direções municipais e para a direção estadual.

54. No caso do Comitê Estadual, na Conferência do RJ durante o 14º Congresso do PCdoB, a direção eleita foi composta por 66 membros. Já no processo ocorrido durante o 15º Congresso, elegemos uma direção estadual com 115 membros. Esta prática de eleger direções mais ampliadas podem ser avaliadas, no geral, como mal sucedidas. Verificamos maior dificuldade de garantir o quórum e registramos certo nível de esvaziamento e concentração, ou seja, elegemos direções grandes e as decisões permanecem sendo tomadas por um conjunto reduzido de dirigentes.

55. Aqui, cabe estudar caso a caso. Não se trata de construir uma regra geral, a possibilidade de reduzir e adequar o tamanho da direção ao tamanho real do partido em cada cidade.

56. Esta ampliação do tamanho das direções é fruto de várias injunções políticas. Resultam da tática eleitoral que muitas vezes exige certo esforço de incorporar ativos eleitorais nos organismos dirigentes, de movimentos de ampliação das fileiras partidárias ou mesmo pela luta interna existente em alguns momentos no interior de nosso partido, em que pólos ou corporações impõem certa pressão por maior representatividade.

57. Este movimento de ampliação, por vezes, deturpa o sistema de direção. Em muitos casos, dada a dificuldade de reunir o pleno, este é esvaziado das funções políticas, cumprindo papel quase protocolar em algumas instâncias de direção do Partido, realidade que deve ser superada no próximo período. O centro dirigente, na prática, devem ser as Comissões Políticas, cabendo às Comissões Executivas a tarefa de cuidar da implementação das resoluções do Partido no dia a dia.

58. Sobre a regularidade dos Fóruns devemos perseguir, no mínimo, o que está previsto em nosso estatuto, parece óbvio, mas a prática tem demonstrado imensa dificuldade nesta implementação. A luta política em torno da construção do projeto eleitoral de nosso Partido, especialmente por conta da novidade de disputar as eleições municipais em uma Federação pela primeira vez, exige maior esforço e concentração do partido e, portanto, mais reuniões, mais debate e exercício de nossa democracia interna.

- a. Reunião da Comissão Executiva Estadual: no mínimo a cada 15 dias
- b. Reunião da Comissão Política Estadual: no mínimo mensal
- c. Reunião do Comitê Estadual: no mínimo trimestral
- d. Reunião das Comissões Políticas Municipais: no mínimo mensal
- e. Reunião dos Comitês Municipais: no mínimo bimestral

59. Os Comitês Municipais devem ser estimulados a aprovar um calendário de reuniões, para que seus quadros possam se planejar com o máximo de antecedência para participar e como um instrumento que viabilize o acompanhamento mais presente por parte da direção imediatamente superior.

SOBRE O ACOMPANHAMENTO

60. Sobre o acompanhamento, destacamos dois aspectos. O primeiro diz respeito à tarefa de acompanhamento da direção estadual que buscou traduzir-se no último período, notadamente o da

Caravana Floresce a Esperança, por envolvimento de, ao menos, dois quadros da Comissão Política acompanhando cada Comitê Municipal. Em que pese ser este um período muito curto para aferir se obtivemos sucesso ou não neste modelo, compreendemos que devemos reforçar esta proposta de acompanhamento, se possível, incluindo mais quadros nessa tarefa.

61. Um instrumento que se tem demonstrado eficaz no trabalho de acompanhamento, integração e interações entre os quadros dirigentes são os Fóruns Regionais, que no ano de 2023 foram retomados com maior frequência. Estes fóruns têm contribuído para a troca de experiências e para aprofundarmos a compreensão de nosso Partido sobre as diferentes realidades políticas nas diversas regiões do estado. Estimular maior regularidade, estabelecer coordenações que contem com os quadros da direção estadual que acompanham cada cidade, mais os principais quadros da região, permanece como uma das tarefas para o próximo período, ao mesmo tempo em que devemos manter a vigilância, a disciplina e a consciência de que estes espaços não podem suprimir o papel e a autoridade política das respectivas direções municipais.

62. A construção, por exemplo, do Projeto Eleitoral de 2024 vai exigir da direção estadual, desde sua concepção, um olhar ainda mais atento, uma condução criteriosa e uma análise política mais precisa que em outros momentos, para que tenhamos possibilidade de êxito em nosso projeto.

63. O segundo aspecto do acompanhamento está relacionado com o que deve ser o centro da política organizativa do PCdoB-RJ: o revigoramento do partido pela base.

64. Registramos neste ponto um êxito importante com a constituição do Fórum de Estruturação Partidária permanente que reúne as Secretarias Estruturantes, a Presidência, o Departamento de Quadros e a Secretaria de Planejamento, na perspectiva de superar o alto nível de departamentalização existente nas instâncias da direção partidária.

65. Verificamos grande dificuldade neste empreendimento, o que pode ser justificado em alguma medida pelas condições materiais insuficientes do Partido ou mesmo pelas injunções políticas em determinadas regiões ou categorias. Porém, é preciso um exame autocrítico por parte das direções, inclusive da direção estadual. Apesar das questões levantadas anteriormente, no geral, verificamos ainda baixo engajamento e concentração do conjunto das direções estadual e municipais (com algumas exceções, é claro) na tarefa central de organizar e participar da vida de base do PCdoB nas cidades.

FORTALECIMENTO PELA BASE

66. Ainda existem, entre nós, algumas contradições a serem superadas neste tema. Uma delas é certo dogmatismo, apegado a modelos. Precisamos dialogar com a realidade contemporânea e com as inovações tecnológicas que influenciam sobremaneira as formas de sociabilidade em nossa sociedade.

67. Outra questão é o burocratismo. Não podemos negar que existe um nível elevado de subestimação das tarefas relacionadas à organização de base. Superar esta visão é, em grande medida, superar uma

postura burocratizante presente em nossas fileiras que compreendem a Base como um espaço formal de eleição de delegações para as Conferências. Tal concepção em nada serve ao fortalecimento do Partido.

68. Uma decisão urgente para superarmos tanto o dogmatismo quanto as visões burocratizadas tem a ver com desenvolver uma política de deslocamento de quadros dirigentes que assumam a tarefa de Base como prioritária.

69. O Comitê Estadual deve assumir a tarefa de elencar bases e/ou Comitês Distritais que devam ser acompanhados e/ou reforçados por dirigentes estaduais, considerando seu papel estratégico para o estado do RJ. É preciso debater e definir, em todas as instâncias, as tarefas de cada dirigente.

70. Não basta, neste caso (e nossa experiência é pródiga de exemplos nessa direção), deslocar quadros para acompanhar ou supervisionar. É preciso deslocar quadros para organizar, planejar, dirigir, ou seja, viver a Base como centro de atuação política, formação da militância e divulgação das ideias e campanhas do PCdoB. Para tanto, devemos ter a mente aberta para que cada organismo assuma o desenho organizativo que melhor propicie a participação das filiadas e filiados, preservando sempre as normas estatutárias.

71. Outro desafio relacionado com este tema tem a ver com a necessidade de elevar o nível de territorialização da ação do Partido e aprofundar o processo de enraizamento do PCdoB, ocupar e produzir intervenção política qualificada nos territórios das mais diversas regiões do estado.

72. Esta dimensão do território tem assumido certo protagonismo na vida social contemporânea. No estado do Rio de Janeiro, a ocupação dos territórios possui certas peculiaridades, dada a presença das milícias, do tráfico de drogas e, até mesmo, o papel político que algumas denominações religiosas jogam na vida cotidiana e na política fluminense, em determinadas regiões.

73. É preciso compreender as novas formas de organização que surgem nos territórios, especialmente nos periféricos, onde emergem com pujança manifestações culturais, lutas contra a violência e pela garantia de direitos, terreno fértil para a construção e organização permanente de base do Partido.

74. Revigorar o Partido no nosso estado não é possível sem aprimorar o nível de organização entre os trabalhadores. O PCdoB realizou um grande Encontro Sindical Nacional que aprofundou este tema e destaca tarefas urgentes para que o Partido possa elevar o nível de vida orgânica dos combativos comunistas que atuam na frente sindical.

75. Dentre as tarefas apontadas no Encontro Nacional, chama atenção a necessidade de identificar e deslocar quadros que atuam na frente com autoridade e densidade política para se dedicar ao acompanhamento da vida de base e à construção e ao mapeamento de cada comunista que atua em direção sindical, na perspectiva de aprimorar nosso acompanhamento, perseguindo extrair da experiência exitosa de construção da CTB (que hoje é a segunda maior central sindical do país) maior lastro organizativo, do ponto de vista partidário.

76. Uma das características positivas de nosso partido está na forte presença de juventude e em nossa força política no movimento juvenil brasileiro, que pode ser traduzido, por exemplo, em nossa participação na direção das entidades estudantis nacionais: UNE, UBES e ANPG.

77. O partido deve ter atenção especial à juventude, nos processos de transição; na formação, que não se dá exclusivamente nos cursos; no processo de entrada no mercado de trabalho; na garantia de espaços nos organismos partidários, em algumas cidades, muitas vezes apartados dos quadros jovens.

78. É neste sentido que o fortalecimento das comissões de juventude, como previsto no último Encontro Nacional de Organização, e o mapeamento de quadros jovens, em curso no estado, podem cumprir papel relevante na construção de maior sintonia entre nosso trabalho na juventude e a vida organizada nas bases do Partido.

79. O Partido deve realizar um balanço das diretivas apresentadas na Caravana Floresce a Esperança aprovadas em março de 2023, que seguem atuais, mas carecem ainda de maior controle coletivo e acompanhamento em sua execução.

A POLÍTICA GERAL DE QUADROS

80. Inicialmente, consideramos a caracterização de quadro partidário constante em nosso Estatuto, artigo 7º: *“Os quadros são a coluna vertebral da estrutura partidária. São os principais responsáveis pela unidade do Partido em torno de seus princípios e de sua orientação, bem como pela permanente construção política, ideológica e orgânica do Partido. São os cumpridores exemplares dos deveres dos militantes [...] Quadros são os(as) militantes que, a partir de comprovada atuação regular em uma das organizações partidárias, realizam esforço pessoal permanente por elevar o domínio do marxismo-leninismo e da linha política do Partido; estão rigorosamente em dia com suas obrigações financeiras junto ao Partido, e que:*

I – são eleitos(as) para funções de direção de Comitês e Organizações de Base do Partido, ou atuam junto aos órgãos de direção partidária, como membros de Comissões Auxiliares ou em outras funções de apoio;

II – exercem, por tarefa partidária, atividades de representação política eletiva ou por indicação do Partido, na atividade institucional no âmbito do Estado ou na direção de entidades, movimentos ou de organizações de massas;

III – atuam, por tarefa partidária, no âmbito das atividades estatais, acadêmicas, científicas e culturais, ou em funções especializadas de assessoria às Bancadas e à direção partidária.”

81. A política de quadros parte do primado de um partido marxista e revolucionário, que adota o centralismo democrático como princípio diretor da organização política, em sintonia com a contemporaneidade, com a situação do país e a luta do povo brasileiro, com originalidade de formas e modelo organizativos. Deve ser apta a forjar nos quadros suas convicções e motivações, vontade e compromissos, conhecê-los, mobilizar com ciência e arte suas aptidões e capacidades, avaliá-los em seu trabalho. Dá-se sob o signo geral da consciência, renovação, qualificação, especialização e representação:

a. Consciência sustentada na elevação da capacitação teórica e ideológica sobre o projeto estratégico da luta pelo socialismo, que alimenta a convicção militante.

b. Renovação nos papéis, funções e feições da estrutura de quadros, para suporte ao projeto político e ao acúmulo alcançado, inclusive no sentido de renovar gerações dirigentes como modo regular da vida partidária, estimulando a alternância de funções desempenhadas por cada um no partido.

c. Qualificação, no sentido de serem mais capacitados ao estudo, elaboração e sistematização estratégica dos problemas em todos os âmbitos da vida política, econômica, social e cultural, que saibam se guiar criativa e autonomamente na ação política.

d. Especialização, no sentido de propiciar que se destaquem nos vários âmbitos do saber e agir transformadores, estimulando suas aptidões e sua inserção em todos os terrenos da vida política, econômica, de Estado, social e cultural.

e. Representação, no sentido de expressarem as bases sociais fundamentais da luta e serem cidadãos e cidadãs influentes não apenas no partido como também na vida pública, na sociedade, nas entidades representativas, como líderes e tribunos respeitados no terreno onde atuam.

82. Aqui no estado do Rio de Janeiro, tendo em conta essas diretrizes gerais e em sintonia com o Departamento Nacional de Quadros, a direção estadual instituiu o Departamento Estadual de Quadros como instância indutora da aplicação de Política Nacional de Quadros. O DEQ RJ vem desenvolvendo o passo preliminar para elaboração de política de quadros concreta: o conhecimento sistematizado dos quadros partidários de nosso estado. Estão sendo produzidos Bancos de Quadros por área de atuação partidária visando essa necessária sistematização e que devem incluir, a partir do atual processo de Conferências, o quesito de autodeclaração étnico racial.

83. Nesses termos, o plano de trabalho atual do DEQ RJ está baseado nos seguintes tópicos:

a) Avançar na compreensão da importância do banco de quadros;

b) Planejar o cadastramento dos quadros, elaborando questionários específicos para cada área, com a seguinte programação:

- I. Juventude;
- II. Trabalhadores (as);
- III. Mulheres;
- IV. Dirigentes estaduais;
- V. Dirigentes municipais;
- VI. Dirigentes da frente de movimentos sociais;
- c) Acentuar a construção do banco de quadros da juventude;
- d) Política de alocação de quadros para a área da juventude (transições de quadros jovens);
- e) Avançar na efetivação da política de quadros para a área de trabalhadores(as);
- f) Integrar-se enquanto departamento de quadros ao processo das conferências partidárias ordinárias;

CAPÍTULO 4 - COMUNICAÇÃO NAS REDES, LUTA CULTURAL E DE IDEIAS

Os desafios do PCdoB-RJ para avançar na comunicação com a militância, sua base social, e as forças aliadas, bem como, para ampliar o alcance de suas mensagens.

84. A eleição de Lula abriu caminho para a reconstrução do país. Esta conjuntura será atualizada pelas políticas públicas que tiverem sucesso em ser implementadas no próximo período, e haverá um novo momento de avaliação da população sobre a atuação das forças políticas no país com as eleições municipais de 2024. É com vistas a esta batalha que o PCdoB-RJ precisa se organizar desde já, ampliando sua capacidade de se comunicar com o povo e de se posicionar no cenário político estadual.

85. A chamada “guerra híbrida”, estabelecida como tática de avanço da pauta anti-povo bolsonarista, segue produzindo versões dos fatos descoladas da realidade, em que as notícias falsas (as chamadas *fake news*) ganham proporção e aglutinam apoio político e ideológico de parcela da população. Este ambiente se desenvolve em um momento singular do capitalismo imperialista contemporâneo, de economia financeirizada, com exponencial desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação voltadas à produção e à valorização do capital.

86. Se a comunicação já era tratada como um tema importante e já era patente nossa necessidade de avançar em termos de atualização das técnicas e táticas, da linguagem e da estética para traduzir da melhor maneira o nosso conteúdo e dialogar com as pessoas de forma mais efetiva, as duas últimas eleições presidenciais elevaram exponencialmente tal desafio, pelo papel que a ação organizada nas redes sociais rendeu ao campo da ultradireita.

87. Este processo mostra a centralidade de algo valorizado há pelo menos um século pelos comunistas: usar da melhor forma possível os mais recentes avanços tecnológicos, especialmente em

termos de comunicação, para fazer avançar o debate político e ideológico. Não foi por acaso que Lênin se encantou com o cinema e sua potencialidade. Isso vale para nossos tempos e tem sido uma busca do PCdoB em nível nacional investir em técnicas e estratégias de atuação nas redes, algo que se expressa na potência das redes de algumas lideranças nossas, com destaque para a nossa deputada federal, Jandira Feghali, e nossa deputada estadual, Dani Balbi, que têm redes potentes, que identificam os posicionamentos e ações do Partido e de nossos mandatos e destacam a liderança política de nossas parlamentares.

88. Ocorre que ter uma rede social com amplo alcance é apenas um passo – e atualmente só temos as de nossas parlamentares. É preciso garantir investimento com financiamento próprio que supere a ação voluntária, desenvolver uma política de comunicação que consiga tornar a nossa comunicação referência dentro do nosso campo de atuação, assim como criar narrativas que extrapolem a “bolha”, organizando uma atuação militante nas redes e nas ruas, que converse com cada pessoa, que construa bases concretas e alimente-as com conteúdos, mantenha contato, oriente e também receba retornos, proposições e novas propostas narrativas a partir dessa mesma base.

89. Devemos construir campanhas de filiação, com material próprio e vídeos curtos para a internet, que envolvam nossas lideranças de massa e parlamentares. O Partido deve buscar extrair lastro organizativo de sua atuação em todas as frentes. Neste sentido, nossas deputadas e demais lideranças que gozam de prestígio político na sociedade fluminense devem estar engajadas nas campanhas de filiação e engrossar o coro de chamamento às novas filiações ao PCdoB, inclusive nas peças publicitárias, em ações na internet e nas redes sociais e em ações de massa promovidas pelo Partido nas cidades.

90. É necessário lançar mão de instrumentos impressos, concretos, que estimulem ações de rua para convidar as pessoas a conhecerem as ideias do PCdoB e a participarem da luta pela construção do Socialismo. Precisamos de um visual que traduza nossa luta por um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, que efetivamente sirva ao propósito de acumular forças para a construção de um novo ciclo histórico de desenvolvimento e aprofundamento da democracia no país, com vistas à construção de uma sociedade socialista. Ter visual, materiais impressos, produtos audiovisuais, ocupar canais virtuais, de TV e rádio, pautar a imprensa, produzir nossa imprensa; todos esses desafios são históricos e, ao mesmo tempo, absolutamente atuais.

91. O Partido deve buscar formas de promover a acessibilidade, a exemplo da linguagem de libras, em todos os conteúdos produzidos, com o intuito de garantir que suas informações e opiniões alcancem as pessoas com deficiências com maior facilidade possível e de promover independência e autonomia no acesso a esse conteúdo.

92. Ou seja, precisamos dialogar efetivamente com o povo, com as pessoas, por meio de ações enraizadas e capilarizadas, combinadas com uma ação de rede igualmente orgânica. Isso exige maior profissionalização de nossa atuação na produção de conteúdos mais variados, articulação de nossos profissionais e midiativistas, relação com coletivos produtores de conteúdos e com coletivos produtores

de ações a serem narradas e articuladas. É preciso concentração na tarefa e na formação de um time que possa conduzir tal trabalho de ampliação e estruturação da nossa atuação na comunicação. Por fim, é preciso um projeto claro de partido a ser traduzido para bem comunicar qual é a bandeira ou a marca do PCdoB-RJ, tanto para o conjunto da militância, quanto para fora. É necessário que essas questões estejam bem resolvidas entre nós.

93. Nosso objetivo deve ser instrumentalizar a militância e a nossa base social, munindo-as de informações; manter relações profícuas com partidos, movimentos e instituições aliadas; e ampliar o alcance da nossa comunicação. Para tanto, propomos o estabelecimento de uma política colaborativa de comunicação e uma comissão que envolva os nossos ativistas, profissionais e secretários de comunicação de todo o estado.

94. Há, ainda, a necessidade de intensificar a discussão dos comunistas para uma ação inteligente nas redes, no manejo de dados, na compreensão sobre os algoritmos e na organização de uma rede de hackerativismo a serviço de uma comunicação democrática.

95. Devemos, a exemplo da Direção Nacional, com o "Alô, Camarada", desenvolver produções estaduais no terreno da Comunicação em apoio ao fortalecimento do Partido pela Base.

CAPÍTULO 5 - ESTRUTURAÇÃO MATERIAL E FINANCEIRA DOS COMITÊS

96. O desafio da estruturação material e financeira dos Comitês é um dos desafios urgentes em nosso Partido. Nosso objetivo sobre este tema é de abordar ao menos três dimensões desta tarefa.

97. A primeira dimensão diz respeito às obrigações impostas pela legislação vigente, que exigem disciplina e certo nível de profissionalismo no que diz respeito ao trato das finanças do PCdoB, tanto na direção estadual quanto nas direções municipais.

98. O conjunto das direções partidárias deve encarar este tema de forma renovada. Não nos serve um olhar rotineiro, de improviso, que tem vigorado em determinados períodos. Há que se compartilhar e assumir determinadas responsabilidades. A máxima há muito empregada “a direção estadual tem que resolver” deve ser abandonada imediatamente. Obviamente, a direção estadual deve olhar com solidariedade este tema, porém o conjunto das direções municipais precisam assumir para si a responsabilidade das prestações de contas junto à Justiça eleitoral, que devem ser realizadas anualmente, e manter atualizados os dados bancários dos respectivos comitês.

99. A não observação cuidadosa dessa questão, ao contrário dos períodos anteriores, acarreta hoje em prejuízos significativos, devido a mudanças na legislação, que vão desde multas eleitorais até a inativação de Comitês e pode resultar em impedimento legal não só do recebimento de recursos oriundos do Fundo

Partidário, como também no impedimento do lançamento de candidaturas. Observem que, com a constituição das Federações, o fato de um partido federado ter sua prestação de contas julgadas como não prestadas, implica no impedimento de lançamento de candidatura por todos os partidos da referida Federação.

100. Para dar conta deste desafio, a Secretaria Estadual de Finanças lidera um esforço de regularização das contas dos Comitês Municipais que deve contar com participação ativa de cada CM, especialmente nas cidades em que o PCdoB ou os demais partidos da Federação Brasil da Esperança tenham perspectiva de lançar candidaturas em 2024.

101. É natural que, neste momento de Conferência, a direção estadual seja provocada a constituir Comitês Municipais e Comissões Provisórias em diversas cidades, especialmente no interior. O Partido deve adotar posição mais criteriosa. Trata-se de aprimorar os métodos de acompanhamento e de compartilhamento de responsabilidades. No que diz respeito à prestação de contas, por exemplo, devemos efetuar o registro das Comissões Provisórias e Comitês apenas quando estes de fato possuírem projeto eleitoral e mediante compromisso expresso por seus dirigentes com a prestação de contas do referido Comitê ou Comissão Provisória.

102. Ou seja, ao tratar com este rigor as finanças do Partido, especialmente as prestações de contas, estamos tratando da dimensão legal e jurídica ao mesmo tempo em que tratamos da segunda dimensão, que é a política. Não pode o PCdoB correr risco de não construir projeto eleitoral em determinada cidade por pendência jurídica de qualquer natureza. Da mesma forma, não podem ser os comunistas o empecilho legal para que a FE Brasil deixe de disputar eleição em qualquer município do estado do Rio, nas eleições de 2024.

103. Nesse sentido, realizamos no período da Caravana Floresce a Esperança um vigoroso encontro que contou com a participação de dirigentes de dezenas de cidades para tratar exclusivamente do processo de regularização e das normas legais para constituição e funcionamento das Federações.

104. Outra dimensão desta tarefa, é exatamente a vinculada à estruturação do partido. A contribuição financeira ao Partido é um dos principais instrumentos de sustentação material de nossa organização, expressa em grande medida no compromisso militante com a construção e manutenção do PCdoB. Está firmada em nossos estatutos, com os quais todas e todos afirmam concordar no ato de sua filiação.

105. A contribuição é uma das principais formas de sustentação material, por que não é a única. Cabe às direções municipais desenvolver campanhas de arrecadação; constituir redes de amigos que contribuam regularmente para o partido; organizar a produção e a venda de materiais; além de buscar outras iniciativas que fortaleçam nossas finanças no estado e nos municípios.

106. O advento dos fundos públicos, Fundo Partidário e Fundo Eleitoral, não deve estimular qualquer comportamento de acomodação entre nós. Garantir a independência financeira e as melhores condições de financiar a atividade política do PCdoB são tarefas não só das Secretarias de Finanças e sim do conjunto dos filiados, militantes e dirigentes do Partido. Importante ressaltar que, embora significativas,

devemos reafirmar que as contribuições são insuficientes para a sustentação financeira cotidiana do PCdoB. No que diz respeito à batalha eleitoral é importante que o conjunto do Partido tome consciência de que o Fundo Eleitoral é insuficiente para o financiamento de todos os projetos eleitorais do Partido no Brasil, fato este agravado pela perda de quase um terço dos recursos oriundos deste fundo, fruto de nosso resultado eleitoral em 2022.

107. Portanto, tanto o Comitê Estadual quanto os Comitês Municipais devem construir esforços desde já, no sentido de reforçar as finanças do PCdoB, tanto nas finanças cotidianas e no exercício da educação militante, quanto na necessidade de ampliação da base de contribuintes do SINCOM, e na garantia do cumprimento da última resolução de finanças que estabelece as faixas de contribuição ou, ainda, em iniciativas de arrecadação para financiar nossos projetos eleitorais e até mesmo nossas Conferências.

CAPÍTULO 6 - PARTIDO DE LUTA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS E TERRITÓRIOS

PARTIDO E MOVIMENTO SOCIAIS

108. O PCdoB está desafiado a renovar sua linha de atuação no movimento de massas, a partir da nova conjuntura surgida da eleição de Lula. Devemos relacionar as novas formas de organização e de luta do nosso povo e as pautas reivindicatórias em toda sua diversidade. Em todas estas dimensões o Partido se orienta pela construção da unidade política do povo brasileiro visando um novo projeto de desenvolvimento nacional rumo ao socialismo com feições brasileiras.

109. A consolidação da democracia e a reconstrução do Brasil passam necessariamente pelo êxito do governo Lula, pelo apoio majoritário da sociedade ao programa de mudanças aprovado nas urnas. A organização e mobilização dos movimentos sociais são fundamentais para ganhar as massas populares e impulsionar as mudanças no país.

110. Uma agenda própria dos movimentos, com pautas avançadas, críticas construtivas e autonomia na disputa pelos rumos do governo, deve ser a linha de atuação visando garantir vitórias concretas para o povo, o fortalecimento da democracia e a conquista de um Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento.

SOBRE IDENTIDADE E FRENTE DE ATUAÇÃO NO MOVIMENTO SOCIAL

111. O PCdoB precisa se inserir em cada trincheira de batalha específica com sua linha emancipatória, afirmando e garantindo direitos para cada diferente identidade que forma nosso povo, mas combatendo o sectarismo, o divisionismo, o corporativismo e o identitarismo. O identitarismo é entendido aqui enquanto

uma ideologia de neutralização de movimentos de luta contra a opressão do seu caráter emancipatório, que nos coloca a serviço do avanço de elites políticas e econômicas por meio de um método individualista, de mera representação, constituindo infinitas categorias e subcategorias que lutam por “mais direitos” ou mais subdivisões dentro do capitalismo, sem condições de apresentar um plano geral realizável de ação coletiva emancipadora e libertadora das estruturas opressivas, inclusive o capitalismo.

MOVIMENTO SINDICAL E DE TRABALHADORES

112. Sobre a inserção do Partido entre os trabalhadores e trabalhadores, bem como elevar seu o nível de participação e organização, devemos nos orientar pela Resolução Política do 9º Encontro Sindical Nacional do PCdoB, especialmente nos seguintes pontos:

- a) Incentivar e organizar a atuação dos quadros e militantes sindicais nas tarefas do Partido;
- b) Atualizar os meios e as formas que possibilitem o funcionamento regular dos organismos de base de trabalhadores, frações e comitês de categoria, evitando que essas bases sejam confundidas como apêndices do trabalho sindical. Definir, em cada uma dessas instâncias, os responsáveis pela organização do Partido;
- c) Realizar permanentemente assembleias de base para escutar e unificar a orientação política partidária;
- d) Planejar a atuação nos locais de trabalho, nos conselhos públicos nacionais, estaduais e municipais, nos bairros, nas escolas e em outros espaços onde os trabalhadores tenham vida social, cultural, esportiva, religiosa e recreativa.

113. Como tarefas imediatas, devemos propugnar para que os trabalhadores e trabalhadoras tenham os seguintes objetivos:

- a) Participar das Conferências Estaduais e Municipais do Partido deste ano e buscar integrar esses coletivos;
- b) Incentivar quadros representativos, em conformidade com as instâncias partidárias, a prepararem desde já os projetos eleitorais para 2024;
- c) Divulgar ações dos nossos parlamentares e de nossa participação institucional governamental, em particular as do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

MOVIMENTO DE JUVENTUDE

114. Os jovens comunistas atuam na construção da UJS e JPL. Nesta frente, é central a necessidade da retomada do protagonismo à frente da UEE-RJ que é a principal entidade de massas do movimento estudantil universitário do estado, capaz de mobilizar a juventude universitária para lutas importantes em

defesa de uma educação de qualidade. Além disso, é necessário cuidar da reconstrução das entidades municipais secundaristas, bem como a reunificação da AMES. Cabe salientar, o caráter transversal que o movimento estudantil pode ter, considerando o potencial de organizar jovens antirracistas, feministas, LGBTIA+, trabalhadores entre outras frentes de atuação que podem ser potencializadas também nas universidades e escolas. Neste sentido, a luta pelo passe livre, pela qualidade na educação e pelo primeiro emprego são bandeiras que devemos agitar na luta de massas estudantil.

115. Há necessidade de aprimorar a política de formação teórica para juventude e é preciso darmos prosseguimento aos cursos e desenvolvermos políticas de incentivo à leitura e a formação individual.

116. É crucial que os comitês municipais elejam um quadro para ocupar a secretaria de juventude. Vale ressaltar a importância de promover quadros jovens para as esferas de direção do PCdoB.

117. Está em curso a implementação de um banco de quadros jovens do PCdoB. O objetivo é ter não só mapeados o nome, contatos, idade, local de moradia, estudo e trabalho, como também definir um organismo de base onde o quadro possa se organizar e atuar, bem como definir junto ao quadro, a secretaria de juventude e o departamento de quadros, uma perspectiva militante e de vida.

118. Juventude Trabalhadora: um dos principais desafios que a atualidade nos impõe é conseguir dialogar e organizar a numerosa parcela de trabalhadoras e trabalhadores submetidos às mais precárias condições de trabalho, que em sua maioria é jovem. Este segmento da classe trabalhadora está em forte crescimento numérico e carece de direitos trabalhistas básicos, além de representação sindical.

119. A recente formulação e fundação da CTB jovem, em âmbito nacional, foi um avanço muito importante no sentido de estruturar um trabalho mais sólido de nossa juventude junto à classe trabalhadora. Devemos intensificar os esforços pela construção da CTB Jovem no estado do RJ, a partir da iniciativa das Secretarias Sindical, de Juventude e de Organização, contando com a participação ativa da UJS e da JPL.

MOVIMENTO DE MULHERES

120. Os comunistas defendem o feminismo emancipacionista que compreende a luta das mulheres no seu enbricamento classe, gênero e raça, reafirma a centralidade do trabalho, valoriza o crescimento da luta antirracista e o protagonismo das mulheres negras; e reforça a crescente presença das jovens na luta feminista. Às mulheres, interessa defender a democracia e um desenvolvimento econômico com geração de renda e emprego digno; deter a onda conservadora; superar o déficit democrático da subrepresentação das mulheres nos espaços de poder e decisão; combater a violência de gênero; lutar por políticas públicas que reduzam a sobrecarga doméstica como creches, escolas em tempo integral, restaurantes populares, lavanderias, saneamento, habitação.

121. Devemos estar onde as mulheres estão, reforçar seu protagonismo popular, atender suas demandas com políticas públicas e sobretudo fortalecer sua participação e representação política, nos espaços de

poder e decisão. Devemos seguir buscando o fortalecimento das entidades da luta feminista, como a UBM-RJ e a FMF, dentre outras. Torna-se necessário uma vida partidária compatível com a vida de sobrecarga das mulheres; dar visibilidade ao protagonismo das mulheres na ação partidária; reforçar as Secretarias e Fóruns sobre a Emancipação das Mulheres. É nosso objetivo também eleger mais mulheres nas direções partidárias e mais mulheres nas eleições de 2024.

MOVIMENTO ANTIRRACISTA

122. À luz dos debates da 1ª Conferência Nacional de Combate ao Racismo do PCdoB e considerando que no artigo 58 do seu Estatuto, o PCdoB afirma que: “O combate ao racismo é parte integrante do projeto de emancipação social e nacional pelo qual luta o Partido. E envolve não apenas os/as militantes que atuam nessa frente específica, mas todo o coletivo partidário”.

123. É fundamental debater o que é o racismo, suas bases históricas e ideológicas, a relação entre a luta antirracista e a luta de classes para a construção de um projeto de nação que possibilite avanços civilizatórios e de emancipação ao povo brasileiro, devemos: a) Atualizar política e teoricamente os/as dirigentes e militantes; b) Combater concepções antimarxistas e superadas; c) Tratar as incompreensões e buscar construir consensos em torno de pontos fundamentais para a nossa organização e atuação.

124. São nossas tarefas imediatas: elevar a nossa corrente de pensamento marxista e antirracista na luta política; debater a luta de classes no Brasil e seu entrelaçamento com as relações de gênero e o racismo; desenvolver a pauta da luta antirracista no estado; estruturar a Secretaria Estadual de Combate ao Racismo e estimular a constituição de secretarias nos principais municípios; ampliar a militância da Frente Antirracista do PCdoB; fortalecer a nossa presença na UNEGRO, filiando ativistas e militantes, contribuindo nos processos de criação de núcleos e participando das atividades; promover o estudo das relações étnico-raciais no Brasil; atuar no reconhecimento e fortalecimento das comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas, dentre outras; fortalecer a atuação do PCdoB na defesa e criação de políticas públicas de enfrentamento às desigualdades raciais.

MOVIMENTO LGBTIA+

125. É preciso articular a luta de classes com as diferentes expressões de ser (identidades) e amar (afeto). Isso significa que, no campo das políticas públicas, é urgente pautarmos trabalho, renda, educação, segurança, saúde, moradia, meio ambiente e todas as demais áreas com a compreensão de que acessá-las tem o recorte da diversidade. Para tal, é preciso que nos debruçemos em alguns destaques, dentre os quais estão: formação com base nos Direitos Humanos como possibilidade que garanta escolas acessíveis e inclusivas; políticas de emprego, geração e distribuição de renda em que o

empreendedorismo não seja a única alternativa; saúde pública com garantia de atendimento, assistência e acesso aos medicamentos para garantia de uma vida plena e digna; enfrentar as violências da sociedade em especial aquelas direcionadas à comunidade LGBTQIA+ como a expulsão de seus lares, o estupro corretivo e o assassinato de pessoas trans. Nesse sentido, é necessário criar mais espaços de discussão estadual para que os comunistas debatam o tema e organizem sua atuação na sociedade. Os comunistas devem fortalecer sua presença em entidades como a UNALGBT e outras entidades e coletivos desta frente.

MOVIMENTO COMUNITÁRIO

126. O movimento comunitário do estado do RJ precisa se reestruturar e se reinventar. É necessário que os comunistas que atuam no movimento Comunitário intensifiquem os debates e as ações de luta em conjunto com outros movimentos populares, sindicais e sociais. Recuperar sua atuação na base, ampliando sua luta na vida cotidiana dos territórios, politizar nossa atuação, fortalecer as Associações de Moradores e similares, enfrentando as contradições vividas por estas entidades, para nos conectarmos adequadamente nos grandes debates e reivindicações que ocorrem nos bairros, periferias e favelas.

127. Devemos buscar atuar em outro patamar, ampliando a mobilização comunitária pela garantia dos direitos a moradia, água, saúde, educação, transporte, mobilidade urbana e serviços de saneamento. Importante que o PCdoB oriente sua militância à participação e mobilização da luta comunitária.

ÁREAS DA LUTA SOCIAL

128. Os comunistas devem se organizar nas mais diversas frentes de atuação junto a lutas sociais estratégicas. O desenvolvimento de Fóruns de atuação nas mais diversas áreas, organizando a ação coletiva dos comunistas é estratégico para as vitórias e demandas organizacionais em cada uma dessas áreas.

129. A educação é uma área muito importante para os comunistas. Enfrentar e superar o desmonte implementado pelo bolsonarismo em várias áreas, notadamente na Educação, recolocando essa pauta no centro do processo de reconstrução do Brasil e de implementação do Desenvolvimento do país. Devemos nos mobilizar e participar ativamente das etapas municipais e estadual da Conferência Nacional de Educação. Com forte atuação na juventude estudantil e entre os trabalhadores dessa área, no país e aqui no estado do Rio de Janeiro, o partido tem condições de ser protagonista na conquista dos avanços progressistas na Educação. Para tanto, precisamos reforçar nossa organicidade e unificação nessa frente.

130. É importante a instituição e o desenvolvimento do Fórum Estadual de Saúde, articulando os mais diversos segmentos da Saúde no fortalecimento do movimento “SUS + Brasil”. O Conselho Estadual de

Saúde tem participação importante dos comunistas e o partido tem atuação histórica em importantes categorias como a enfermagem e a medicina, o que ressalta a necessidade de organização na Saúde.

131. Nossa atuação na luta em defesa dos Direitos Humanos se reafirma num estado com tantas violações e merece um olhar cuidadoso do partido, em especial na luta por memória, justiça e verdade, contra as violências de Estado e tantas outras pautas urgentes dos DH no RJ.

132. A área da Ciência mereceu combate ferrenho das ações do governo bolsonarista. Tanto nos boicotes às universidades, quanto nas ações negacionistas e nos cortes de verbas. Podemos dizer que vivemos outro momento, muito promissor para o Brasil e seu povo, com a presença de Luciana Santos, presidenta do PCdoB, como ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, área estratégica para a construção do Novo Projeto Nacional de Desenvolvimento.

133. O histórico lutador da causa ambiental na região amazônica, Chico Mendes, costumava afirmar a relação entre que ecologia e luta de classes. O PCdoB tem se pautado por essa insígnia. O PCdoB RJ foi pioneiro ao criar a primeira Secretaria Estadual e o Coletivo Estadual de Sustentabilidade da história do partido. Nosso desafio é fazer com o debate de sustentabilidade seja difundido em todo corpo militante com a expansão de secretarias e coletivos nas direções municipais e nos organismos de bases. A pauta central de nossa atuação é a transição energética.

134. As lutas sociais em torno da cultura e dos trabalhadores da cultura são de especial interesse do PCdoB. O partido tem grande contribuição teórica e política sobre a questão historicamente e, no Rio de Janeiro, grande reconhecimento do setor em função das contribuições de seus parlamentares, gestores públicos municipais e por sua inserção junto à categoria. Assim, a frente de cultura do partido é um espaço estratégico que demanda mais atenção partidária e um maior nível de organização.

135. A luta pela Comunicação Democrática é outro setor importante de atuação dos comunistas, pois ela visa garantir maior acesso a informações e cultura para todo o povo. O PCdoB deve participar de entidades e coletivos que atuam sobre o tema, se articular com TVs e rádios comunitárias, lutar por políticas públicas que garantam maior acesso à internet, se envolver nas lutas contra os oligopólios nesse setor e se envolver em todas as lutas pela democratização da comunicação brasileira.

136. A pasta de movimentos sociais deve acompanhar ainda a atuação dos comunistas nos conselhos de participação social e de políticas públicas e o tutelar, dando suporte nos seus processos de eleição e também na orientação da atuação dos camaradas eleitos.